

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



“A MÃE E O PAI VÃO SEPARAR-SE”:
FALAR COM OS FILHOS SOBRE A SEPARAÇÃO CONJUGAL

Cátia Filipa Vieira Rego

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicoterapia Cognitiva-Comportamental e Integrativa

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**“A MÃE E O PAI VÃO SEPARAR-SE”:
FALAR COM OS FILHOS SOBRE A SEPARAÇÃO CONJUGAL**

Cátia Filipa Vieira Rego

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicoterapia Cognitiva-Comportamental e Integrativa

Dissertação orientada pela Prof^a Doutora Maria Helena Santos Afonso

2008

Querida mãe e querido pai,

Alguma coisa se está a passar e eu gostava que me dissessem o que é. Como não me dizem eu penso que vocês se querem separar. Vão separar-se por causa das discussões, existe outra pessoa, já não gostam um do outro, ou sou eu? Fui eu que fiz alguma coisa errada? Vocês não me dizem nada, então eu tenho que imaginar. Pensam que eu não ouço os gritos, o choro e as portas a baterem com força? Também já reparei nos jornais com uns círculos vermelhos à volta de “casa para alugar” e os cobertores em cima do sofá quando me levanto de manhã. Vocês podem estar a tentar proteger-me mas estão a proteger-me de quê? A minha imaginação pode pensar em coisas bem piores do que aquilo que vocês têm para me dizer. Sinto-me magoada e frustrada. Quem me dera que me dissessem o que se está a passar. Podem pensar que é mais fácil não me dizerem nada mas é óbvio que eu já sei alguma coisa. Magoam-me muito mais por não me dizerem a verdade. Por favor, o que está a acontecer à nossa família?

Com amor, Leticia

(Traduzido de **What to tell the kids about your divorce**, Weyburne, 1999)

Resumo

A separação conjugal dos pais tem-se tornado uma experiência comum a muitas crianças e adolescentes. Uma das fases do processo pela qual os filhos de casais separados têm que passar diz respeito ao momento em que são informados sobre a decisão dos seus pais. De acordo com a literatura a informação que os filhos recebem e o modo como essa informação é transmitida tem o potencial de afectar o seu ajustamento à separação conjugal.

O presente trabalho tem como objectivos gerais: (1) compreender a natureza do processo de revelação aos filhos acerca da decisão de separação conjugal dos pais e (2) explorar o papel de variáveis demográficas e variáveis relativas a aspectos da separação (conflito interparental, responsabilidade pela ruptura conjugal e pela decisão de separação) na revelação da informação.

No estudo participariam indivíduos do sexo feminino e masculino cuja duração da separação conjugal fosse igual ou inferior a dois anos e cujos filhos tivessem, no momento da separação, entre 0 e 18 anos de idade. De modo a recolher a informação pretendida elaborou-se uma entrevista semi-estruturada composta por questões de resposta aberta e fechada e *rating-scales*.

Deste estudo espera-se retirar algumas implicações para a prática clínica, tanto ao nível da prevenção como da intervenção.

Palavras-chave: Separação Conjugal; filhos; informar; comunicação familiar

Abstract

Marital separation has become a common experience for children. One of the phases that children of divorcing parents experience is the time when they are informed of their parents' decision. The literature points the importance of the information that the children receive and the way this information is transmitted to their adjustment.

The present study has the following main goals: (1) to understand the nature of the disclosure process concerning the decision of parents' marital separation; (2) to explore the role of demographic variables and of variables concerning the aspects of the separation (interparental conflict, responsibility for the marital rupture and role in the separation decision) in the information disclosure.

In the study the participants would be men and women whose duration of the marital separation was equal or inferior to two years and whose children were, at the moment of separation, between 0 and 18 years old. In order to collect the intended information a semi-structured interview was elaborated, composed by open and close ended questions and rating-scales.

We hope that this study has some implications for the clinical practice, as much at the level of the prevention as of the intervention.

Key-words: Marital separation; children; to inform; family communication

Índice

Introdução	1
1. Adaptação dos filhos à separação dos pais	4
1.1. Abordagens Desenvolvimentistas	5
1.2. Comunicação familiar.....	10
1.2.1. Défices nas competências interpessoais.....	11
1.2.2. Regulação adequada de fronteiras.....	12
1.2.2.1. Fronteiras da relação entre os ex-cônjuges	15
1.2.2.2. Fronteiras da relação entre pais e filhos.....	16
1.2.2.3. Conflito Interparental.....	17
2. Informação dada aos filhos sobre a separação dos pais.....	18
Objectivos	23
Metodologia	24
1. Selecção e obtenção da amostra.....	24
2. Instrumentos.....	24
3. Procedimentos de avaliação.....	26
4. Plano de análise de resultados.....	27
a) Análise de Conteúdo	27
b) Análise Estatística.....	28
Discussão e Conclusão.....	29
Referências Bibliográficas	37
Anexos	

Introdução

Nas últimas décadas a sociedade ocidental tem assistido a várias mudanças sócio-demográficas, nomeadamente ao aumento do número de divórcios, que se reflectiram em novos processos de organização e padrões de vida familiar.

Em Portugal, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), os valores da taxa de divorcialidade têm variado entre 0,1‰ em 1970 e 1,8‰ em 2001. A partir de 2002 a taxa bruta de divorcialidade tem apresentado sempre um valor superior a 2‰, atingindo em 2005 o valor de 2,1 divórcios por mil habitantes em relação a 4,6 casamentos realizados. Em 2005, a maioria dos casais que se divorciaram tinham filhos do casamento dissolvido, sendo que destes grande parte tinha dois filhos (43,9%) seguidos pelos que tinham apenas um filho (34,7%). Relativamente à idade dos filhos, 42,9% tinha menos de 9 anos, 33,7% tinha entre 10 e 19 anos e 23,4% mais de 20 anos (Carrilho & Patricio, 2007; INE, 2007). Nestes dados estatísticos não estão incluídos os filhos de casais separados que vivem em união de facto e, por isso, o número de crianças e adolescentes que crescem em configurações familiares diferentes da tradicional, constituída por casal heterossexual e respectivos filhos, é maior que o apresentado nos dados oficiais.

A separação conjugal e o divórcio têm um impacto importante na reorganização da vida familiar, ao nível da sua estrutura, funcionamento e relações entre os seus membros. Mais especificamente, a separação conjugal implica uma alteração na relação dos filhos com cada progenitor e uma redefinição nas funções e actividades familiares. No entanto, a investigação sobre os efeitos do divórcio nas crianças e adolescentes revela que estes reagem diferentemente a este período de transição na vida familiar. Deste modo, os modelos de Risco e Resiliência têm procurado compreender essa

variabilidade de respostas detectando as variáveis pessoais, relacionais e ambientais associadas aos diferentes níveis de funcionamento. O bem-estar das crianças e adolescentes face à separação e divórcio está fortemente associado à manutenção de uma relação parental positiva que inclui o serem informados sobre o futuro da vida familiar (Ducibella, 1995; Wadsby & Svedin, 1994; Westberg, Nelson, & Piercy, 2002).

O presente trabalho insere-se na perspectiva psicológica da comunicação familiar que aponta para a importância de uma comunicação eficaz entre os membros da família no seu ajustamento à separação conjugal ou divórcio e consequente preparação para a reorganização familiar.

A importância do fornecimento de informação sobre a separação ou divórcio dos pais está bem patente quer em obras dirigidas a pais divorciados e separados quer nos programas de educação parental, cujo objectivo é orientá-los a ajudarem os seus filhos a adaptarem-se ao processo de separação conjugal. As orientações fornecidas aos pais apontam aspectos essenciais na comunicação com os filhos: 1) devem assegurar os seus filhos que estes são amados por ambos e que não são culpados ou responsáveis pela separação ou divórcio, 2) os filhos devem sentir que não serão abandonados e que continuarão a ter um pai e uma mãe presentes embora estes vivam em casas diferentes, 3) devem explicar claramente aos filhos o que irá acontecer quando se separarem, utilizando uma linguagem neutra e de acordo com seu o nível de desenvolvimento e 4) deve ser dada aos filhos a oportunidade de expressarem os seus sentimentos e colocarem as suas dúvidas. (Clapp, 2000; Ricci, 2004; Weyburne, 1999).

Assim, parece haver um consenso relativamente à importância dos filhos receberem explicações adequadas que os ajudem a compreender e a lidar eficazmente com a situação de separação dos pais, contribuindo para o seu bem-estar emocional. No entanto, tive oportunidade de verificar no contexto de estágio académico e nas

experiências do dia-a-dia que muitos pais parecem não estar suficientemente alertados para esta questão, e aqueles que reconhecem a importância de falarem com os seus filhos sobre a separação revelam dificuldades e dúvidas acerca da melhor forma de o fazer, o que acentua a pertinência deste estudo.

Mencione-se ainda como razão saliente para a realização deste trabalho, a escassez de estudos realizados a nível internacional e a aparente inexistência de estudos realizados com a população portuguesa sobre o modo como os pais informam os seus filhos acerca da separação conjugal. O presente estudo visa, assim, compreender a natureza do processo de revelação aos filhos menores acerca da decisão de separação conjugal e explorar o papel de variáveis demográficas e variáveis relativas a aspectos da separação (conflito interparental, responsabilidade pela ruptura conjugal e pela decisão de separação) na revelação da informação.

O interesse e motivação pela temática deste estudo prendem-se com a convicção de que um conhecimento mais alargado e profundo acerca dos aspectos acima expostos poderá ser útil no desenvolvimento de intervenções individuais e grupais dirigidas a pais em processo de separação.

1. Adaptação dos filhos à separação dos pais

A maioria dos estudos sobre os efeitos do divórcio nas crianças realizados até ao início da década de 80 perspectivavam a separação conjugal como um acontecimento isolado com consequências negativas e perdas para as crianças. Estes estudos, que recorriam sobretudo a amostras clínicas, tinham como base modelos patológicos em que a separação conjugal era conceptualizada como um desvio no ciclo de vida familiar normal, e estabeleciam uma associação entre uma estrutura familiar monoparental e problemas de ajustamento nas crianças. Quando os estudos começaram a utilizar amostras não clínicas, os investigadores detectaram quer efeitos negativos como positivos, a curto e a longo prazo (Amato, 2001).

As perspectivas mais actuais conceptualizam a separação conjugal como um processo dinâmico e complexo que desencadeia alterações a vários níveis na vida familiar e dos indivíduos, que se inicia anos antes da separação física e continua por vários anos depois da mesma. As transições que este processo envolve têm o potencial de produzir situações de risco e também oferecer novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento (Amato, 2000; Kitson & Morgan, 1990; Morrison & Cherlin, 1995). As perspectivas de Risco e Resiliência dão ênfase à compreensão quer de dificuldades quer de recursos, individuais e familiares, avaliando variáveis mediadoras dos diferentes resultados da adaptação psicológica. Assim, a separação dos pais tem o potencial de afectar o desenvolvimento dos filhos e colocá-los em risco de desenvolver dificuldades a nível comportamental e emocional a menos que estejam presentes determinados factores moderadores que os protejam desses riscos e de efeitos mais nocivos (Amato, 2001). A severidade e duração dos efeitos negativos dependem de um conjunto de factores protectores de natureza demográfica, pessoal, interpessoal e contextual que

combinados irão determinar o grau de resiliência ou vulnerabilidade da criança ou adolescente após a separação dos pais. Assim, a investigação mais actual sobre a qualidade da adaptação dos filhos à separação dos pais tem-se focado nas variáveis que os tornam mais vulneráveis a efeitos negativos, factores de risco, e nas variáveis que aumentam a sua capacidade de adaptação bem sucedida, factores protectores (Amato, 2000; Gately & Schwebel, 1992; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Kelly & Emery, 2003; Kurdek, 1981; Leon, 2003; Moxnes, 2003; Pedro-Carroll, 2005; Rogers, 2004; Rose & Rodgers, 2002).

A separação conjugal é um processo que se desenrola ao longo do tempo e, por isso, o nível de ajustamento da criança ou adolescente irá depender da fase do processo em que este se encontra, pelo que diferentes efeitos a curto e longo prazo podem ocorrer. Para além de efeitos adversos, vários estudos sugerem que a maioria das crianças e adolescentes é resiliente e continua a funcionar de forma adequada desenvolvendo, inclusive, níveis mais elevados de responsabilidade, maturidade, confiança e auto-estima do que os seus pares que não passaram pela experiência de separação dos seus progenitores (Amato, 1993, 2001; Gately & Schwebel, 1992; Kelly & Emery, 2003).

1.1. Abordagens Desenvolvimentistas

As abordagens desenvolvimentistas são importantes para a compreensão da forma como os filhos podem experienciar a separação dos pais. O ajustamento dos filhos à separação dos pais parece estar associado à sua capacidade para avaliarem a separação, inferirem os motivos e sentimentos dos progenitores e avaliarem o seu próprio papel na decisão de separação (Ducibella, 1995; Rogers, 2004).

Até aos 18 meses de idade o conceito de self não está diferenciado dos outros sendo a criança muito dependente dos seus cuidadores e aprendendo a confiar neles para a satisfação das suas necessidades básicas. É nesta idade que os laços afectivos com ambos os progenitores se estabelecem sendo fundamental para a criança receber afecto, ter rotinas consistentes e não ser afastada por muito tempo das pessoas significativas.

Entre os 18 meses e os 3 anos de idade, a criança começa a desenvolver o sentido de independência, autonomia e um sentido do self separado dos pais, sendo já capaz de responder emocionalmente, embora de forma subtil, às situações. A linguagem começa a desenvolver-se e a crianças aprende a raciocinar através do pensamento e da acção, tornando-se também a sua comunicação mais afectiva (Bremner & Fogel, 2001). Deste modo, a reacção destas crianças à separação conjugal pode caracterizar-se por irritabilidade, choro, medo, ansiedade de separação dos seus progenitores e problemas de sono e alimentação (Clarke-Stewart, McCartney, Vandell, Owen, & Booth, 2000).

Na idade pré-escolar (3 aos 5 anos) o foco é nos papéis sociais e imitação do comportamento dos adultos. O seu raciocínio pré-operatório caracterizado pelo egocentrismo leva a que a criança tenha dificuldade em compreender a perspectiva dos outros, centrando-se num único aspecto da situação. Nesta faixa etária as crianças utilizam um pensamento mágico elaborando fantasias que geram ansiedade (ex. “se eu pensar acontece”) e um raciocínio transdutivo, ou seja, saltam de um aspecto particular para outro e vêem uma causa onde ela não existe. Por outro lado, já começam a conseguir explicar e prever as acções dos outros imaginando os seus pensamentos e sentimentos, o que facilita a interacção cooperativa com as outras crianças (Goswami, 2002). Do ponto de vista emocional, as crianças em idade pré-escolar já conseguem nomear, expressar e reconhecer as expressões para as emoções mais básicas e começam a mostrar emoções “sociais” que exigem um sentido do self e dos outros, incluindo a

empatia, vergonha, culpa e desprezo. Por isso, são muito sensíveis ao conflito dos pais e aos seus sentimentos. Até aos 6 anos as crianças aprendem a tomar iniciativa, a regular as suas emoções e a estabelecerem associações causais entre acontecimentos e emoções necessitando, contudo, do apoio parental (Denham, Salisch, Olthof, Kochanoff, & Caverly, 2002). Deste modo, é natural que estas crianças não consigam avaliar rigorosamente a situação, motivos e sentimentos dos progenitores, aumentando os seus medos e ansiedades e podendo desencadear comportamentos agressivos. A lógica pré-operatória pode levar estas crianças a auto-culpabilizarem-se (“Eu portei-me mal e agora o pai e a mãe vão separar-se”), a recearem serem abandonadas por ambos os progenitores (“Se o pai foi embora de casa, o mesmo pode acontecer com a mãe”), a elaborarem fantasias de reconciliação e a preocuparem-se com a satisfação das necessidades básicas (dinheiro, comida, lugar para viver), o que pode dificultar o processo de ajustamento à separação dos pais (Ducibella, 1995; Kurdek, 1989; Mazur, Wolchik, & Sandler, 1992; Wadsby & Svedin, 1994; Wolchik, West, Westover, Sandler, Martin, Lustig, et al., 1993). Assim, é fundamental que as necessidades de segurança e afecto destas crianças sejam garantidas e que lhes sejam dadas explicações simples sobre a separação. Os pais poderão tranquilizar os seus filhos garantindo-lhes que estes não são a causa da separação e nem a podem evitar, que continuarão a ser amados e que apesar de não viverem na mesma casa continuam a ser uma família (Clapp, 2000; Ricci, 2004; Weyburne, 1999).

À medida que avançam para a idade escolar (6 aos 10 anos), as crianças começam a ter capacidade para resolver problemas sociais atendendo a vários pontos de vista e dimensões (descentração). Ao invés das crianças mais novas, que tendem a invocar factores de ordem pessoal e subjectiva para explicar as situações, as crianças entre os 6 e os 10 anos de idade já conseguem compreender que há situações que são autónomas,

objectivas e independentes da sua vontade, desejo ou acções. (Goswami, 2002). Nesta faixa etária, as crianças já têm auto-conceito desenvolvido, começam a tomar consciência de que diferentes acontecimentos desencadeiam diferentes emoções em diferentes pessoas e que mostrar os seus sentimentos nem sempre lhes permite alcançar os seus objectivos. Assim, comparativamente às crianças mais novas, muitas vezes não expressam as emoções de forma tão vívida e directa passando a expressão emocional a estar mais dependente da situação e da pessoa com quem estão a interagir. Progressivamente, vão desenvolvendo as suas estratégias de *coping* para lidar com as situações não necessitando de tanto apoio na regulação dos seus impulsos e emoções (Denham, Salisch, Olthof, Kochanoff, & Caverly, 2002). Estas crianças podem reagir à separação dos seus pais através de queixas somáticas, diminuição do desempenho escolar e problemas na relação com os seus pares. As suas capacidades de empatia fazem com que reajam fortemente às emoções dos pais, podendo sentir-se preocupadas e decepcionadas com o progenitor ausente e experienciando, muitas vezes, conflitos de lealdade (Pagani, Boulerice, Tremblay, & Vitaro, 1997; Japel, Tremblay, Vitaro, & Boulerice, 1999). Além da tendência para ficarem muito zangadas com o progenitor que pensam ter sido o culpado pela separação e dos sentimentos de frustração pela falta de poder para alterar a situação, estas crianças podem sentir a separação conjugal como uma ameaça à sua segurança. Deste modo, as crianças nesta faixa etária necessitam não só de serem ajudadas na resolução de problemas (escolares e com os pares) como também necessitam de ser tranquilizadas através de explicações claras e compreensivas sobre a separação dos seus pais (Capp, 2000; Ducibella, 1995; Ricci, 2004; Weyburne, 1999). As capacidades cognitivas e sociais ainda em desenvolvimento e a maior dependência dos seus progenitores, comparado com as crianças mais velhas, podem tornar as crianças até aos 10 anos mais vulneráveis a problemas de ajustamento (Allison

& Furstenberg, 1989; Hetherington, Stanley-Hagan, & Anderson, 1989; Shaw, Winslow, & Flanagan, 1999).

Durante a pré-adolescência (11-13 anos) e à medida que caminham para a adolescência, é menos provável que se sintam responsáveis pela separação. Uma vez que o seu pensamento abstracto permite a consideração de ideias hipotéticas, conseguem abordar de modo mais realista a situação. Por esta altura, os jovens precisam de se adaptar às mudanças físicas e psicológicas que começam a ocorrer e começam a desenvolver progressivamente a consciência do self nas relações com os outros, aumentando a sua necessidade de controlo e conforto nessas relações (Sprinthall & Collins, 2003). A partir desta idade, a reacção à separação dos pais pode caracterizar-se por problemas escolares, confusão e insegurança, desenvolvimento de conflitos de lealdade e culpa, depressão, rejeição aos pais e maior ligação aos pares. De modo a camuflar os seus sentimentos de vulnerabilidade, os adolescentes revoltam-se contra os pais ou actuam prematuramente como adultos, tornando-se “responsáveis” pelos pais e sacrificando as suas actividades e tempo com os amigos. A partilha de tempo com os pais deve, assim, apresentar alguma flexibilidade de modo a que o adolescente possa desenvolver relações e actividades que não incluam os seus pais. Tal como acontece com as crianças mais novas também os adolescentes necessitam de receber explicações relativamente ao futuro da sua família e serem protegidos dos conflitos de lealdade (Afifi & Schrodts, 2003; Buchanan, Maccoby, & Dornbush, 1991; Clapp, 2000; Ricci, 2004; Weyburne, 1999).

1.2. Comunicação familiar

A comunicação envolve não só a troca de mensagens verbais, paraverbais e não verbais entre as pessoas que interagem mas também a metacomunicação ao longo do tempo sobre temas, atitudes e valores. Através do processo de comunicação os membros da família estabelecem um sentido partilhado e internalizado de família incluindo história, relações, papéis e visões do mundo, questões de lealdade e orientação para os outros e para o futuro (Lewis, Johnson-Reitz, & Wallerstein, 2004). Assim, os teóricos da comunicação encaram a comunicação familiar como o processo central através do qual os indivíduos constroem e se mantêm a si mesmos como uma família (Afifi & Hamrick, 2006).

Tendo em conta o papel crucial que a comunicação tem no funcionamento da família, esta parece ter um papel fundamental no modo como os seus membros se ajustam à separação conjugal e reflecte as alterações que ocorrem ao nível das relações intrafamiliares. Deste modo, comunicando com os outros, quer através do evitamento, da resolução de problemas, revelação ou apoio social, os vários membros da família tentam lidar com o potencial stress desencadeado pela separação conjugal. Quanto mais adequados forem os processos de comunicação estabelecidos entre os membros da família mais fácil será para eles lidarem com a situação. Vários autores têm procurado identificar os aspectos da comunicação (comportamentos, atitudes, acções, rituais) que promovem o risco e a resiliência nas famílias após a separação conjugal, sendo que os aspectos mais influentes no ajustamento dos filhos têm sido o principal foco da investigação nesta área. Neste sentido, a literatura indica que os défices nas competências interpessoais e a regulação adequada de fronteiras englobam aspectos específicos da comunicação que parecem promover vários níveis de funcionamento familiar após separação conjugal (Afifi & Hamrick, 2006).

1.2.1. Défices nas competências interpessoais

Os estudos têm revelado que o ajustamento dos membros da família ao divórcio pode ser dificultado se os indivíduos não possuírem as competências de comunicação básicas que são aprendidas através da socialização. Assim, a agressividade, hostilidade, criticismo, negatividade e falta de controlo dos impulsos são traços de personalidade que parecem promover um maior risco para a separação conjugal e para o posterior ajustamento dos membros da família. No que diz respeito ao ajustamento dos filhos à separação conjugal, a investigação tem sugerido que quando estes são expostos, directa ou indirectamente, a relações parentais caracterizadas pela hostilidade e agressão, têm maior probabilidade de desenvolverem problemas emocionais e comportamentais (Amato, Loomis, & Booth, 1995; Laumann-Billings, & Emery, 2000). Por outro lado, a flexibilidade ou capacidade de adaptação, a tolerância à incerteza, a assertividade, adequabilidade e competência social são características que definem uma comunicação competente e que podem promover a resiliência nas famílias após a separação conjugal. As alterações dos papéis conjugais e parentais associados à separação conjugal exigem um elevado nível de flexibilidade e adaptação, influenciando a capacidade dos pais para comunicarem de forma mais competente. Assim, embora os indivíduos possam ser comunicadores competentes em várias situações podem tornar-se comunicadores incompetentes no contexto de uma relação específica, nomeadamente com o seu ex-cônjuge ou com os filhos. A investigação sugere que uma comunicação e cooperação interparental adequada estão associadas a um maior ajustamento dos filhos à separação conjugal (Afifi & Hamrick, 2006).

1.2.2. Regulação adequada de fronteiras

A falta de competências interpessoais pode traduzir-se numa regulação inadequada das fronteiras entre os membros da família envolvidos no processo de separação. De um ponto de vista sistémico vários tipos de fronteiras têm sido conceptualizados e operacionalizados, nomeadamente as fronteiras físicas (ex. acesso físico entre o progenitor não residente e os filhos), as fronteiras de intimidade (ex. fronteiras emocionais com o ex-cônjuge ou com os filhos) e as fronteiras de poder parental (ex. regras para um desempenho parental adequado) (Afifi & Hamrick, 2006).

Petronio (2002) na sua Teoria de Gestão de Privacidade na Comunicação (CPM) sugeriu a existência de um quarto tipo de fronteiras, as fronteiras de privacidade. De acordo com esta teoria cada indivíduo possui informação privada sobre si mesmo que acredita ser sua propriedade e que, por isso, tem o direito de controlar o acesso a essa informação. Uma vez que a revelação ou ocultação de informação pode levar a sentimentos de vulnerabilidade, o indivíduo experiencia uma tensão dialéctica entre revelação-privacidade ou abertura-fechamento tendo que ponderar os riscos e benefícios de cada uma das opções (quer para si quer para os outros) e decidir quem pode ter acesso, a que quantidade e a que tipo de informação (Petronio, 2002). Por exemplo, a escolha de partilhar ou não informação sensível sobre a separação conjugal com os filhos reflecte quanta informação o progenitor acredita que estes devem possuir (Afifi & McManus, 2006). Assim, de modo a delimitar a propriedade sobre a informação, o indivíduo constrói metaforicamente fronteiras de privacidade e exerce diferentes níveis de controlo (elevado, moderado, fraco) determinando, deste modo, o seu nível de permeabilidade. Quanto mais forte é o controlo, mais espessas são as fronteiras de privacidade, maior é o fechamento e, por isso, mais difícil é o acesso a essa informação. Além do indivíduo possuir informação privada pessoal também tem acesso a

informação que ao ser partilhada com outros passa a ser co-propriedade de vários indivíduos, tendo que gerir não só fronteiras pessoais como fronteiras colectivas (ex. fronteiras diádicas, familiares e de grupo) (Petronio, 2002).

O controlo sobre as fronteiras pessoais e colectivas é exercido através da implementação de regras de acesso à privacidade e regras de protecção da privacidade (ex. regras para o evitamento de tópicos, tópicos tabu e confidencialidade) que ajudam a decidir sobre que informação, a quem, quando e como será revelada ou ocultada (Petronio, 2002). O indivíduo estabelece estas regras com base em vários critérios: *normas culturais* (ex. expectativas culturais relativas ao divórcio e aos seus efeitos), *género* (ex. sexo dos filhos), *contexto social* (ex. julgar a adequabilidade de iniciar um determinado tópico numa situação específica; momento e circunstâncias (ex. qualidade da relação interparental, motivos da separação)), *contexto físico* (ex. o espaço físico pode influenciar o comportamento não-verbal do indivíduo e a sua escolha sobre revelar ou não a informação), *rácio risco – benefício* (equilíbrio entre as vantagens e desvantagens da revelação ou ocultação) e *motivações* (ex. a pessoa pode optar por revelar informação privada porque tem necessidade de expressar os seus sentimentos e pensamentos aos outros; pode optar por ocultar informação para se proteger a si, à relação ou ao outro) (Petronio, 2002).

Vários autores têm procurado categorizar as várias motivações que podem levar os indivíduos a ocultarem informação dos outros membros da família. Vangeslisti (1994, citado por Caughlin & Petronio, 2004) sugeriu seis categorias gerais de motivações: a) *união*, o indivíduo oculta informação de modo a promover a coesão entre os membros da família que partilham esse segredo, b) *evitar a avaliação negativa e rejeição* por parte dos outros membros da família, c) *razões de manutenção*, ou seja, o indivíduo oculta informação para manter os laços de proximidade com os outros

membros da família ou para evitar preocupá-los, d) manter a *privacidade*, o indivíduo acredita que a informação não é relevante para os outros, e) *defesa*, o indivíduo não revela informação porque receia que o outro membro da família a use contra si de alguma forma e f) *comunicação*, ou seja, a informação é mantida secreta porque o indivíduo acredita que o outro não tem conhecimento ou competência para falar sobre essa informação.

Afifi e Guerrero (2000) sistematizaram esta informação sugerindo a existência de três tipos de motivações para a proteção das fronteiras de privacidade: *motivações baseadas na relação* (ex. proteger a relação com os filhos; não se sentirem suficientemente próximos e à vontade com os filhos; evitar o conflito), *motivações baseadas no indivíduo* (ex. gerir a impressão que causa nos filhos; ser socialmente adequado; protegerem os filhos de informação que acreditam ser nociva para o seu bem estar) e *motivações baseadas na informação* (ex. pensar que os filhos não serão capazes de compreender a informação ou que a informação não é relevante para os mesmos).

Neste sentido, a investigação sobre a revelação que os pais fazem de informação relacionada com o divórcio ou separação conjugal aos filhos sugere que aqueles o podem fazer de modo a procurarem apoio, expressarem as suas opiniões, ensinarem, socializarem ou moldarem a opinião dos filhos face ao outro progenitor, ao divórcio em geral e à culpa relacionada com o mesmo (Afifi, McManus, Hutchinson, & Baker, 2007; Koerner, Jacobs, & Raymond, 2000). Os pais podem sentir-se ainda mais tentados a darem a sua explicação sobre a separação aos seus filhos quando o ex-cônjuge tomou a iniciativa pela separação ou as razões subjacentes à mesma envolveram transgressões relacionais. Mesmo que considerem as suas revelações inadequadas, os pais parecem continuar a fazê-lo por quererem a oportunidade de fornecer aos filhos a sua explicação sobre a separação conjugal (Afifi et. al., 2007).

1.2.2.1. Fronteiras da relação entre os ex-cônjuges

A investigação tem sugerido que a dificuldade dos pais para lidarem com o divórcio normalmente prende-se com a incapacidade de renegociarem adequadamente as fronteiras relacionais com os seus ex-cônjuges. Esta redefinição da relação entre ex-cônjuges implica uma renegociação das regras de regulação de privacidade um com o outro, ou seja, devem determinar que informação devem revelar ou manter privada relativamente ao outro e aos filhos (Afifi & MacManus, 2006; Petronio, 2002). Quando um dos ex-cônjuges não cumpre as regras de privacidade que foram originalmente co-construídas isso pode tornar os indivíduos e a família mais vulnerável desencadeando emoções por vezes difíceis de gerir (Afifi & Hamrick, 2006).

A incapacidade de redefinir fronteiras de privacidade manifesta-se na preocupação com o ex-cônjuge ou hostilidade relativamente ao mesmo e cria ambiguidade nos outros tipos de fronteiras (Afifi & Hamrick, 2006). Parece, assim, que os indivíduos que têm um elevado grau de envolvimento emocional com o ex-cônjuge sentem maior dificuldade em alterar o seu papel de cônjuge para co-progenitor e o conflito e stress que normalmente resultam podem ser transferidos para os seus filhos (Madden-Derdich & Arditti, 1999). Deste modo, parece que uma parentalidade eficaz e saudável passa pela capacidade dos pais reenquadrarem as suas relações como casal para progenitores que constroem e comunicam claramente as suas expectativas de papel e fronteiras um com o outro e com os filhos. Quando os progenitores acreditam que o ex-cônjuge é um bom progenitor e que o seu papel parental é completamente diferente da sua relação conjugal, transmitem esse sentido de respeito ao seu ex-cônjuge e aos filhos através da comunicação verbal e não verbal (Afifi & Hamrick, 2006).

1.2.2.2. Fronteiras da relação entre pais e filhos

Apesar do consenso geral relativamente à importância do fornecimento de informação sobre a separação conjugal aos filhos, questões como “Quanta informação é demasiada informação?”, “O que é que constitui uma revelação adequada sobre o processo de separação?” ou “Que tópicos devem os pais abordar ao falarem com os filhos sobre a separação?” têm sido levantadas. A investigação tem indicado que os pais muitas vezes se sentem inseguros relativamente ao grau de permeabilidade que as suas fronteiras devem ter e ao quê e como comunicar aos filhos os assuntos relacionados com a separação conjugal. Por um lado querem dar-lhes uma explicação sobre a separação e suas razões, mas por outro não querem revelar muita informação sobre o que aconteceu e como se sentem face à situação, reflectindo a dialéctica revelação-privacidade proposta pela teoria CPM (Afifi & Hamrick, 2006; Petronio, 2002). As fronteiras de privacidade entre pais e filhos podem tornar-se particularmente problemáticas quando as fronteiras de intimidade intergeracionais se tornam emaranhadas. Este emaranhamento normalmente ocorre quando os pais tornam os seus filhos em confidentes, partilhando demasiada informação sobre as suas preocupações financeiras ou pessoais, problemas relacionais ou fazem críticas relativamente ao ex-cônjuge (Koerner et al., 2000; Koerner, Wallace, Lehman, & Raymond, 2002). Este tipo de revelações pode desencadear preocupações excessivas nos filhos relativamente ao bem-estar dos pais contribuindo para o surgimento de ansiedade e depressão. Assim, tal como os pais precisam de reestruturar as suas fronteiras de privacidade um com o outro, também precisam de redefinir as suas fronteiras de privacidade com os filhos de modo a evitarem revelações inadequadas sobre a separação conjugal (Afifi & Hamrick, 2006).

1.2.2.3. Conflito Interparental

O conflito interparental durante o processo de separação conjugal parece ter consequências negativas para os filhos e pode ser um dos factores com mais influência no seu ajustamento, especialmente a curto prazo. Este conflito envolve controlo e exigências, mais expressão de afecto negativo e menos expressão de emoções positivas e dificuldade dos ex-cônjuges em resolverem os seus problemas de modo construtivo (Lewis et al., 2004). Quando as fronteiras se tornam ambíguas os pais não conseguem encapsular o seu conflito e os seus padrões de interacção negativa podem passar para os filhos através de revelações inadequadas sobre o ex-cônjuge ou sobre a separação conjugal (Afifi & Hamrick, 2006).

A investigação actual sugere que o conflito interparental pode ser particularmente prejudicial quando os filhos sentem que são apanhados no meio desse conflito e das revelações negativas que os pais lhes fazem. Estas revelações normalmente envolvem informação negativa sobre o outro progenitor, usar o filho como mensageiro da informação ou mediador e procurar saber informação relativamente ao ex-cônjuge através dele. Este tipo de comportamento e revelações dos pais contribui para que os filhos experienciem uma tensão dialéctica de lealdade-deslealdade, pois na tentativa de serem leais aos dois progenitores acabam por ser desleais a ambos. Os filhos parecem reagir tipicamente ao conflito interparental recusando-se a falar sobre o assunto, mudando de tópico ou dando respostas evasivas (Golish & Caughlin, 2002).

Assim, a investigação no conflito interparental tem apontado para a importância da redefinição de fronteiras entre pais e filhos no funcionamento familiar positivo. Apesar do desacordo que possa existir entre os pais estes devem esforçar-se por manter uma fronteira firme entre as suas dificuldades conjugais e o seu papel parental, evitando expor os seus filhos a esses problemas. Quando os pais têm a capacidade de controlar e

dirigir os seus sentimentos negativos para vias que não envolvam os filhos e têm motivação mútua para manterem a sua parentalidade de forma funcional, os filhos podem ter a sensação de que existe o conflito mas que o seu funcionamento não é comprometido por ele (Lewis et. al., 2004).

2. Informação dada aos filhos sobre a separação dos pais

A literatura tem mostrado a importância dos filhos receberem uma explicação adequada sobre o divórcio ou separação conjugal, no entanto, aparentemente pouca investigação tem sido conduzida nesta área, sobretudo quando comparada com a investigação realizada sobre os efeitos do divórcio nas crianças. Ducibella (1995) fez uma revisão da literatura e encontrou 13 estudos que, de algum modo, se relacionavam com este tópico, sendo que destes apenas 2 focavam especificamente o informar os filhos sobre a decisão de separação (Cushman & Cahn, 1986; Kurdek & Siesky, 1979). Parece, ainda, que a maioria dos estudos realizados nesta área foi conduzida entre finais dos anos 70 e início dos anos 80, sendo raros os estudos mais actuais que abordem directamente esta questão.

A investigação tem mostrado a importância dos filhos receberem uma explicação adequada sobre a separação conjugal, no entanto, a revisão da investigação nesta área tem sugerido que a maioria das crianças e adolescentes não é adequadamente informada pelos seus pais acerca do futuro familiar. Muitas vezes têm de encontrar sozinhos o significado e as implicações que este acontecimento terá nas suas vidas, o que leva a uma maior sensação de isolamento e confusão cognitiva e emocional. Num estudo realizado por Dunn, Davies, O' Conner e Sturgess (2001), 23% das 237 crianças e adolescentes da amostra, entre os 7 e os 17 anos de idade, relataram que ninguém falou

com elas sobre a situação de separação dos progenitores, 45% afirmaram ter recebido explicações vagas e apenas 5% foram completamente informadas e encorajadas a fazer questões sobre o assunto. Outro estudo (Butler, Scanlan, Robinson, Douglas, & Murch, 2002) revelou que, numa amostra de 104 crianças e adolescentes entre os 7 e 15 anos de idade, 71% foi informada sobre a separação por ambos ou por apenas um dos progenitores (na maioria das vezes, pela mãe) e 30% não recebeu qualquer tipo de explicação. Quando questionados, uma grande percentagem dos filhos revelou que gostaria que os pais tivessem perguntado o que eles pensavam sobre a situação. Por sua vez, os pais demonstraram algumas dúvidas relativamente ao que dizer e como abordar este assunto com os seus filhos. A maior parte optou por não dar qualquer tipo de informação aos filhos de forma a evitar dar-lhes qualquer preocupação, ignorando que, deste modo, estavam a contribuir para aumentar a sua preocupação e incertezas. Os filhos expressaram o desejo de terem sido informados mesmo que naquele momento não conseguissem compreender bem o que se estava a passar, porque isso os ajudaria a lidar melhor com o choque, com a tristeza e ansiedade relativamente ao futuro.

A investigação também sugere que a quantidade e tipo de informação que é fornecida às crianças e adolescentes sobre a separação dos pais têm um papel importante na sua compreensão acerca da nova situação familiar e no seu ajustamento (Afifi et al., 2007; Wadsby & Svedin, 1994; Westberg, Nelson, & Piercy, 2002). As revelações acerca da separação podem considerar-se problemáticas quando os filhos são expostos a informação de natureza negativa, nomeadamente críticas relativamente ao outro progenitor, informação desadequada à idade da criança ou que a coloca numa posição desconfortável como mediador, conselheiro ou aliado (Koerner et al., 2002).

Kurdek e Siesky (1979, 1980) distinguiram três tipos de explicações que os pais forneceram aos seus filhos, entre os 5 e os 19 anos de idade, de acordo com a atribuição

de responsabilidade que cada um assume ter na decisão da separação conjugal: a) *descritiva*, que consiste numa descrição neutra sem mencionar o papel de cada um dos progenitores na decisão; b) *mútua*, em que ambos os progenitores se responsabilizam pela decisão de separação e c) a *unilateral*, que refere a responsabilidade de um dos progenitores pela separação. Os filhos que receberam explicações descritivas mais frequentemente descreveram a separação dos progenitores em termos de dissolução do casamento, enquanto os que receberam explicações mútuas o definiram em termos de separação psicológica. Além disso, parece que os filhos a quem foram dadas explicações descritivas ou mútuas atribuíram a separação dos seus progenitores a incompatibilidades entre ambos, enquanto aqueles que receberam explicações unilaterais consideravam a perda de amor de um dos progenitores pelo outro como a principal razão para a separação. Os filhos que receberam explicações descritivas tinham mais fantasias de reconciliação do que aqueles que receberam explicações mútuas ou unilaterais. No entanto, os autores referem que a natureza enviesada da amostra utilizada (nível sócio-económico e educacional elevado, disponibilidade para partilhar a informação) podem tornar a generalização destes resultados questionável.

Cushman e Cahn (1986) organizaram as explicações fornecidas aos filhos pelos progenitores em quatro categorias: a) *desculpabilização*, em que a decisão de separação é admitida como sendo má, errada ou inadequada mas o progenitor nega total responsabilidade; b) *justificação*, em que o progenitor reconhece a sua responsabilidade na decisão mas nega a sua qualidade negativa; c) *concessão*, o progenitor admite a sua responsabilidade e oferece uma compensação ou restituição e d) a *negação* em que o progenitor nega a qualidade negativa da decisão bem como a sua responsabilidade na mesma. Contudo, ao contrário de Kurdek e Siesky (1979,1980) que procuraram estabelecer uma relação entre o conteúdo da explicação fornecida às crianças e as

consequências para as mesmas (definição do divórcio, razões atribuídas, previsão que a criança faz da reconciliação dos pais), Cushman e Cahn (1986) não estabeleceram quaisquer relações.

O momento temporal em que a criança é informada sobre a decisão de separação e por quem é informada são também variáveis que têm sido estudadas nesta área. Se a criança for informada muito tempo antes da saída de casa de um dos progenitores terá a tendência para elaborar fantasias de reconciliação e será menos provável que venha a acreditar que a separação irá de facto ocorrer. Por outro lado, informar a criança apenas alguns dias antes da separação acontecer não lhe irá proporcionar o tempo necessário para compreender e aceitar gradualmente essa situação. Assim, parece vantajoso que a criança tenha oportunidade antes da separação de expor as suas opiniões e expressar os seus sentimentos face à decisão dos seus progenitores (Ducibella, 1995).

Frequentemente a criança é informada apenas por um dos progenitores, sendo que na maioria das vezes esse papel cabe à mãe (Butler et. al., 2002; Ducibella, 1995; Kurdek & Siesky, 1979). Os jovens adultos que passaram pela experiência da separação conjugal enquanto crianças consideram que a sua confusão relativamente ao futuro teria sido menor se ambos os progenitores tivessem falado com eles, na medida em que perceberiam que estes tinham um compromisso parental em relação aos filhos, pelo menos para falarem com eles sobre o seu futuro (Ducibella, 1995; Westberg et al., 2002). Apesar de vários estudos terem avaliado quem frequentemente informa os filhos sobre a decisão de separação conjugal, aparentemente nenhum procurou determinar se existe alguma relação entre quem dá a notícia e a reacção dos filhos à mesma, e se o facto dos filhos serem informados por ambos os pais separadamente ou em conjunto influencia a sua reacção emocional à notícia (Ducibella, 1995).

Várias limitações têm sido apontadas aos escassos estudos que se têm focado no modo como os pais informam os filhos sobre a decisão de separação conjugal, salientando-se a) a utilização de amostras clínicas, convenientes ou que são seleccionadas de modo questionável, limitando, assim, a generalização dos resultados, b) a falta de controlo de variáveis que podem influenciar os resultados, nomeadamente a etnia e estatuto sócio-económico dos pais e c) a não consideração da idade da criança no momento em que foi informada sobre a separação dos pais mas sim no momento em que o estudo está a ser realizado (Ducibella, 1995).

Objectivos

De acordo com a revisão de literatura parece importante que os filhos recebam explicações sobre a separação conjugal dos pais adequadas à idade que facilitem a sua compreensão acerca da situação e os ajudem a sentir-se seguros nas suas relações familiares pós-separação. Tendo em conta o reduzido número de estudos nesta área e a necessidade premente de aumentar o conhecimento acerca destas questões, o presente estudo será de natureza exploratória tendo como objectivos:

- a) Obter informação acerca da revelação da decisão de separação conjugal dos pais e de aspectos da separação, nomeadamente conflito interparental, responsabilidade pela ruptura conjugal e papel na decisão de separação conjugal;
- b) Explorar o papel de variáveis demográficas e de variáveis relacionadas com os aspectos da separação na revelação da informação.

As variáveis relacionadas com os aspectos da separação foram seleccionadas tendo em conta a sua pertinência para o ajustamento dos adultos à separação e consequentes implicações no tipo de informação que os filhos recebem. Ao nível das variáveis demográficas optou-se por incluir, além da idade dos filhos no momento da separação, outras variáveis que aparentemente não têm vindo a ser consideradas na literatura, nomeadamente o nível de escolaridade dos pais e a sua idade no momento da separação, que podem ter um papel na revelação da informação aos filhos sobre a separação conjugal.

Metodologia

1. Selecção e obtenção da amostra

A amostra do presente estudo seria constituída por indivíduos do sexo feminino e masculino (a) cuja duração da separação conjugal fosse igual ou inferior a 2 anos e (b) cujos filhos, no momento da separação, tivessem entre 0 e 18 anos de idade permitindo deste modo abranger os diferentes níveis de desenvolvimento e ultrapassar a limitação de outros estudos neste âmbito que se centram essencialmente em crianças com idade igual ou superior a 6-7 anos.

A metodologia a ser usada para a obtenção da amostra seria a chamada “bola de neve”, ou seja, seria obtida através de referências múltiplas de indivíduos que reunissem as condições exigidas para o presente estudo.

2. Instrumentos

De modo a recolher a informação pretendida seria realizada, individualmente, uma entrevista semi-estruturada (Anexo I) dividida em três partes:

I – Características demográficas

Nesta secção recolhe-se informação relativa à idade, sexo e nível de escolaridade do indivíduo inquirido, duração da relação conjugal e da separação conjugal, número de filhos, sexo dos filhos e idade dos mesmos no momento da separação conjugal.

II – Processo de Revelação

Nesta secção foram elaboradas questões de modo a recolher informação relativa à forma como a informação foi revelada, por quem e onde foi fornecida, motivos subjacentes à opção de falar com os filhos bem como a sua satisfação com a mesma e as principais dificuldades e facilidades sentidas no processo de revelação. Relativamente aos pais que não falaram com os filhos foram elaboradas questões de modo a compreender as motivações subjacentes a essa opção e satisfação com a mesma.

Em ambos os casos pretende-se, ainda, perceber como e por quem foi tomada a opção de falar ou não com os filhos e se estes abordaram por iniciativa própria o assunto.

III – Aspectos da separação conjugal

Nesta secção da entrevista pretende-se avaliar a) o grau de conflito interparental entre os progenitores na altura da separação, b) a responsabilidade pela ruptura conjugal e c) o papel na decisão de separação conjugal.

Relativamente à variável “conflito interparental” esta foi dividida em duas dimensões: frequência das discussões e intensidade das discussões. Cada dimensão foi avaliada através de uma *rating-scale* de 1 a 7. O grau do conflito interparental no momento da separação seria obtido através da média dos dois itens.

A responsabilidade pela ruptura conjugal foi operacionalizada através de uma *rating-scale* de 1 a 7, em que 1 significa que o indivíduo atribui total responsabilidade ao outro progenitor e 7 significa que o indivíduo se considera totalmente responsável pela ruptura conjugal.

O papel na decisão de separação foi, igualmente, operacionalizado através de uma *rating-scale* de 7 pontos em que 1 significa que a decisão foi completamente tomada pelo outro e 7 significa que foi totalmente decisão do próprio.

3. Procedimentos de avaliação

Os indivíduos seriam contactados de modo a solicitar a sua participação e a explicar-se os objectivos gerais do estudo. Mais especificamente, seria explicado aos indivíduos que se procurava com o presente estudo compreender o modo como os pais comunicam aos filhos a decisão de separação conjugal. Seria assegurada, ainda, a confidencialidade da informação a ser recolhida. Após a aceitação para participar no estudo, o local, dia e hora da entrevista seriam marcados de acordo com a disponibilidade de cada participante.

A entrevista seria conduzida de acordo com o guião previamente elaborado sendo possível, caso necessário, colocar novas questões aos inquiridos de modo a clarificar a informação e atingir os objectivos pretendidos com as questões iniciais.

Relativamente à parte III (Aspectos da separação conjugal), seriam entregues ao participante cartões relativos a cada item com a questão e respectiva *rating-scale* para que a resposta fosse assinalada pelo próprio.

De modo a testar as questões elaboradas no guião da entrevista esta foi aplicada a dois indivíduos do sexo feminino. Um dos indivíduos tinha 50 anos de idade, o 11º ano de escolaridade, esteve casado 24 anos e estava separado há 2 anos. O outro indivíduo tinha o 7º ano de escolaridade, 31 anos de idade, esteve casado 11 anos e estava separado há 1 ano e 6 meses. Os filhos no momento da separação tinham 17 e 3 anos de idade, respectivamente.

4. Plano de análise de resultados

Os dados obtidos seriam analisados através de uma análise qualitativa (análise de conteúdo) e quantitativa (análise estatística descritiva e inferencial), de acordo com a natureza das variáveis a serem estudadas.

a) Análise de Conteúdo

O primeiro passo, após a transcrição das entrevistas, consistiria na análise de conteúdo das respostas às questões abertas. As verbalizações dos indivíduos seriam codificadas atribuindo-se um código ao participante (ex. P2) e o número da questão (ex. R2). Por exemplo, P3/R3 seria o código de uma verbalização do participante 3 à resposta 3. Uma vez que não é possível antecipar todas as formas de expressão que podem assumir as respostas dos indivíduos inquiridos as categorias temáticas e, se necessário, as subcategorias seriam estabelecidas *a posteriori* e de modo indutivo após a leitura e codificação das respostas. Os resultados seriam apresentados numa grelha de categorias e subcategorias. Para cada categoria ou subcategoria (se fosse o caso) seriam apresentados exemplos de verbalizações ilustrativas da mesma, os códigos das verbalizações que tinham contribuído para o seu estabelecimento e o número de participantes que tinha produzido verbalizações que se incluíam nessa categoria ou subcategoria.

b) Análise Estatística

Posteriormente à análise de conteúdo, proceder-se-ia a uma análise descritiva dos dados calculando-se a média e desvio-padrão ou frequências e percentagens em função do tipo de dados (variáveis contínuas ou categoriais). Os valores obtidos permitiriam, assim, caracterizar a amostra ao nível das variáveis demográficas e variáveis relativas aos aspectos da revelação e da separação.

De modo a compreender se as variáveis nível de escolaridade dos pais e sua idade no momento da separação, idade dos filhos no momento da separação, papel na decisão da separação e responsabilidade na ruptura conjugal permitem distinguir o grupo de pais que falam com os filhos sobre a separação conjugal do grupo de pais que não fala optou-se por utilizar a estatística não paramétrica, nomeadamente o teste do Qui-Quadrado para a comparação dos dois grupos constituídos a partir da amostra. O teste do Qui-Quadrado permitirá analisar se as variáveis seleccionadas se distribuem igualmente nos dois grupos, através de uma comparação de frequências esperadas e frequências observadas.

No caso da variável “conflito interparental” seria feita uma comparação das médias obtidas com os dois itens no grupo de pais que fala com os filhos sobre a separação conjugal e no grupo de pais que não fala utilizando um teste t de amostras independentes.

Discussão e Conclusão

A revisão de literatura efectuada indica que nem todos os pais parecem estar suficientemente alertados para a importância dos filhos receberem uma explicação sobre a decisão de separação conjugal e/ou preparados para o fazer. Deste modo, e de acordo com o que foi possível verificar em contexto de estágio académico, é possível que os pais portugueses sintam também dificuldades em abordar este assunto com os filhos. O presente estudo poderá ser um meio de compreender os motivos que estão na base da opção dos pais não falarem com os filhos sobre a separação conjugal permitindo detectar os receios, dúvidas e mitos que contribuem para isso. Por outro lado, permitirá perceber se os pais que falam com os seus filhos sobre a separação o fazem por estarem sensíveis à necessidade dos mesmos receberem uma explicação ou se, pelo contrário, procuram satisfazer as suas próprias necessidades (apoio, expressar as suas opiniões ou manipular a opinião dos filhos face ao outro progenitor ou à culpa relacionada com a separação). Com base nesta informação, os profissionais de saúde mental poderão auxiliar os pais na tomada de decisão, esclarecendo as suas dúvidas e fornecendo-lhes informação adequada. No que diz respeito às explicações dadas aos filhos este estudo permitirá detectar se estas são adequadas ao seu nível de desenvolvimento quer do ponto de vista da complexidade da linguagem utilizada quer dos tópicos abordados. Se a linguagem utilizada não for adequada ao nível de desenvolvimento dos filhos ou as explicações não forem ao encontro das dúvidas e receios típicos da faixa etária em que os mesmos se encontram, indica que se deve trabalhar com os pais neste sentido explicando-lhes as reacções e características do pensamento típicas da idade dos seus filhos e ajudando-os a pensar e a treinar aquilo que lhes vão dizer. O presente estudo visa, ainda, compreender o que os pais consideram que foi mais fácil e mais difícil no

processo de comunicar aos filhos a decisão de separação conjugal. Embora, aparentemente, nenhuma investigação se tenha debruçado especificamente sobre esta questão considera-se pertinente uma vez que um entendimento dos recursos e dificuldades dos pais que já passaram pela situação poderá ser útil para os que futuramente se encontrem em condições semelhantes.

Independentemente da opção tomada pelos pais na altura da separação relativamente a falarem ou não com os seus filhos, o desenrolar dos acontecimentos e a experiência posterior provavelmente levará os pais a confirmarem ou não a adequabilidade da opção que tomaram. Tendo em conta que receber uma explicação adequada sobre a separação conjugal dos pais e ter oportunidade de expressar sentimentos e dúvidas parece ter um papel importante no ajustamento dos filhos à separação conjugal, pode esperar-se que os pais que tomaram essa opção se sintam mais satisfeitos com a mesma. Compreender os motivos da sua (in)satisfação poderá, no futuro, ser útil a pais que se encontrem numa situação semelhante dando-lhes algumas sugestões sobre qual a melhor opção a tomar tendo em conta a experiência de outros pais.

Este estudo procura, também, analisar se a decisão de falar ou não com os filhos sobre a separação é tomada por ambos os progenitores em conjunto e colaboração ou se, pelo contrário, estes não falam sobre o assunto e decidem individualmente o rumo a dar a essa informação. De acordo com a Teoria da Gestão de Privacidade na Comunicação (Petronio, 2002) a informação relativa à separação conjugal é propriedade de ambos os progenitores e assim sendo a decisão de a revelar ou não aos filhos, como, onde e quando a revelar deve ser tomada pelos dois. No entanto, dado que o período que rodeia a separação é frequentemente caracterizado por uma turbulência emocional e tensão entre os ex-cônjuges que têm que lidar com as suas próprias incertezas e sentimentos, é

possível que os pais sintam dificuldade em gerir todas estas questões e, conseqüentemente, não consigam manter uma atitude de colaboração mesmo nos assuntos relacionados com os seus filhos. Uma atitude de colaboração relativamente a esta decisão, mesmo em situação de conflito, revela que os pais conseguem redefinir fronteiras relacionais separando os seus papéis conjugais passados dos papéis parentais presentes.

Esta (in)capacidade de redefinir fronteiras e separar papéis poderá reflectir-se também no conteúdo da informação que os pais revelam aos filhos sobre a separação. Isto é, se existir um emaranhamento de fronteiras intergeracionais e os pais não conseguirem encapsular os seus problemas enquanto ex-cônjuges espera-se que a informação partilhada com os seus filhos seja predominantemente de natureza negativa. Dadas as dúvidas e incertezas que os pais parecem ter relativamente ao que dizer aos filhos sobre a sua separação e por terem simultaneamente que lidar com a sua própria dor, confusão e incertezas é provável que deixem passar para os filhos informação de natureza negativa que poderá comprometer a sua adaptação. Assim, se estes resultados se verificarem no presente estudo isso sugere a necessidade dos pais, durante o processo de separação, receberem apoio no sentido de aprenderem a resolver construtivamente os seus problemas, a redefinirem as suas fronteiras relacionais e a adoptarem uma atitude parental colaborativa de modo a que os filhos não recebam informação prejudicial para o seu bem-estar.

Relativamente a quem fala com os filhos sobre a separação conjugal, de acordo com a informação empírica, este papel normalmente cabe à mãe. Mesmo que ambos os progenitores optem por falar sobre o assunto com os filhos, espera-se que o façam individualmente e não em conjunto, aumentando a probabilidade dos filhos receberem versões diferentes e experienciem, conseqüentemente, uma maior sensação de confusão

e desconforto. Este comportamento pode decorrer, mais uma vez, da dificuldade dos pais em manterem uma atitude colaborativa e redefinirem fronteiras ou, por outro lado, de não estarem sensibilizados para a importância de estarem ambos presentes no momento em que a decisão é revelada.

A Teoria de Gestão de Privacidade na Comunicação aponta, ainda, para a influência do local na revelação da informação e receptividade à mesma. Assim, pretende-se determinar se o local frequentemente escolhido pelos pais para abordar este assunto proporciona aos filhos um ambiente em que se sintam à vontade para exporem os seus pensamentos e sentimentos face à situação ou se, pelo contrário, dificulta a comunicação e interação. Será possível, também, determinar se o momento temporal escolhido para informar os filhos é adequado na medida em que lhes proporciona tempo suficiente para aceitarem gradualmente a situação.

De acordo com a literatura espera-se que os pais com filhos mais novos no momento da separação optem por não abordar o assunto por considerarem os seus filhos imaturos para compreender a situação. Se os dados encontrados com este estudo vierem ao encontro desta informação empírica, isso indicará a necessidade de desmistificar esta crença e intervir junto desta população no sentido de os ajudar a adaptar as suas explicações à idade dos filhos facilitando, assim, a adaptação dos mesmos à nova situação familiar.

A variável “idade dos pais no momento da separação” não tem sido considerada na literatura, no entanto, se com este estudo se verificar que é uma variável que permite distinguir os dois grupos isso indicará a faixa etária que, provavelmente, sente mais dificuldade em abordar o assunto da separação conjugal com os respectivos filhos e aquela que está mais sensibilizada para a importância dos filhos receberem informação.

O contexto histórico em que os indivíduos foram educados pode, eventualmente, influenciar a diferença entre os grupos nesta variável.

Relativamente ao nível de escolaridade dos pais, entende-se que o maior acesso a informação poderá tornar os pais mais sensíveis a estas questões e, conseqüentemente, mais alerta para a necessidade de informarem os seus filhos sobre o futuro da sua vida familiar. Se esta suposição se verificar indica que os profissionais de saúde mental se devem centrar essencialmente na população de escolaridade mais baixa aumentando a sua consciencialização para a importância de falarem com os seus filhos.

Caso se venha a verificar que grande parte dos pais revela informação de natureza negativa aos filhos (ex. críticas relativamente ao outro progenitor ou que colocam os filhos numa posição desconfortável no meio dos conflitos entre os pais), torna-se pertinente determinar as variáveis relativas a aspectos da separação que permitem distinguir o grupo de pais que fala com os filhos dos grupos de pais que não fala e o seu papel na forma como essa informação é transmitida.

A separação conjugal apresenta-se como um processo doloroso ao qual os indivíduos reagem de modo diferente. No entanto, todos os indivíduos necessitam de fazer o luto pelo fim da relação, pela perda do ex-cônjuge e do estilo de vida passado. Este processo de aceitação passa pela capacidade do indivíduo perdoar o outro pela sua contribuição para a dissolução da relação, ao mesmo tempo que reconhece o seu próprio contributo. Isto permite ao indivíduo libertar-se do outro e desenvolver uma identidade que não esteja ligada ao estatuto conjugal anterior o que, por sua vez, impede que fique bloqueado na acusação, culpa ou raiva. Assim, o progenitor que atribui total responsabilidade pela separação ao ex-cônjuge e não reconhece o seu papel na decisão de separação, poderá optar por falar com os filhos de modo a moldar a opinião que estes

têm relativamente ao outro progenitor ou à culpa relacionada com a separação, indicando a sua incapacidade de redefinir fronteiras.

Se os dados indicarem que um maior grau de conflito interparental está associado a uma maior percentagem de pais que fala com os filhos sobre a separação, este resultado poderá ser explicado pelo facto de que quanto maior é a intensidade e frequência das discussões mais difícil é redefinir fronteiras e não envolver os filhos. Se, por outro lado, um maior grau de conflito interparental estiver associado a uma maior percentagem de pais que não fala com os filhos sobre a separação isso poderá reflectir uma maior capacidade dos mesmos redefinirem as suas fronteiras e encapsularem o seu conflito, protegendo os filhos de informação que consideram ser nociva para o seu bem-estar.

Determinar as variáveis que distinguem os dois grupos permitirá prever quais os pais que irão optar por não falar os seus filhos, o que se revela pertinente na medida em que provavelmente será este grupo que mais necessitará de apoio técnico especializado, na medida em que a falta de informação dificultará o ajustamento dos filhos à separação. No entanto, é importante salientar que o facto dos pais optarem por falar com os filhos não significa necessariamente que o façam da melhor forma pelo que é igualmente importante estar atento a este grupo e fornecer-lhes apoio de acordo com as suas necessidades e dificuldades.

Se se verificar que as variáveis sugeridas no presente estudo não permitem distinguir os dois grupos terá que ser levado em conta a possível existência de limitações metodológicas, quer ao nível da avaliação como dos testes estatísticos utilizados na análise de dados, ou a possibilidade de teoricamente existirem outras variáveis que possam contribuir para essa distinção.

Apesar de todas as potencialidades deste estudo, existem alguns aspectos que deverão ser melhorados no futuro. Um desses aspectos prende-se com a formulação da 3ª questão (“*Como foi tomada a decisão de falar/não falar com os filhos sobre a decisão de separação?*”) da entrevista. Esta questão tinha como objectivo perceber se os pais tinham optado em conjunto por informar ou não os filhos ou se, pelo contrário, foi uma decisão tomada individualmente. Nas duas entrevistas conduzidas para testar o guião elaborado foi possível reparar que em resposta a essa pergunta os dois participantes descreveram toda a situação descartando-se a necessidade de colocar a maioria das questões seguintes que acabavam por ser respondidas espontaneamente. Apesar disso contribuir para uma maior fluidez do discurso e conseqüentemente da entrevista, o objectivo da questão não foi atingido o que colocou sempre a necessidade de a reformular. Assim, embora a entrevista tenha sido apenas testada com dois indivíduos, é provável que a segunda questão do guião deva ser substituída por “*Por quem foi tomada a decisão de falar/não falar com os filhos sobre a decisão de separação?*”.

Julga-se ainda importante a necessidade de no futuro se controlar variáveis sócio-demográficas específicas que possam influenciar os resultados. Neste sentido, tendo em conta que Portugal é um país habitado por indivíduos de diferentes etnias e que possivelmente têm perspectivas distintas sobre o divórcio ou separação conjugal seria pertinente controlar esta variável dada a influência que pode ter no modo como estas questões são abordadas.

Deste estudo espera-se retirar algumas implicações para a prática clínica, nomeadamente para o desenvolvimento de intervenções individuais e grupais dirigidas a pais em processo de separação. Mais especificamente, o ajustamento dos filhos à separação pode ser facilitado através da educação dos pais fornecendo-lhes informação

e sensibilizando-os para uma relação cooperativa. A maioria dos programas de educação parental têm uma duração muito curta e através de vários instrumentos didáticos (vídeos, discussões de grupo, material informativo) procuram abordar aspectos legais, reacções comuns dos filhos à notícia e formas de lidar com as próprias emoções, sentimentos e problemas associados à separação. No que diz respeito aos filhos, estes programas abordam essencialmente as vantagens de uma relação parental colaborativa e os efeitos nocivos do conflito interparental para o bem-estar dos filhos, as reacções típicas das crianças à separação conjugal e suas necessidades de acordo com o seu estágio de desenvolvimento podendo, inclusive, serem dadas algumas indicações relativamente ao modo como a separação lhes deve ser explicada (Herbert, 1999). O presente estudo poderá contribuir para um melhoramento dos programas de educação parental já existentes, permitindo que se forneça informação mais específica relativamente ao modo como devem abordar este assunto com os seus filhos e de acordo com as necessidades e dificuldades detectadas na população portuguesa, podendo inclusive recorrer-se ao treino de competências de comunicação.

Referências Bibliográficas

- Afifi, T., & Guerrero, L. (2000). Motivations underlying topic avoidance in close relationships. In S. Petronio (Ed.), *Balancing the secrets of private disclosures* (pp. 165-180). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Afifi, T., & Hamrick, K. (2006). Communication processes that promote risk and resiliency in postdivorce families. In M. Fine & J. Harvey (Eds.), *Handbook of divorce and relationship dissolution*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Afifi, T., & McManus, T. (2006). Investigating Privacy Boundaries. Communication in Post-Divorce Families. In K. Floyd & M. Morman (Ed.), *Widening the family circle* (pp. 171-187). London: Sage Publications.
- Afifi, T.; McManus, T.; Hutchinson, S., & Baker, B. (2007). Inappropriate parental divorce disclosures, the factors that prompt them, and their impact on parents' and adolescents' well-being. *Communication Monographs*, 74(1), 78-102.
- Afifi, T. & Schrodt, P. (2003). "Feeling Caught" as a mediator of adolescents and young adults' avoidance and satisfaction with their parents in divorced and non-divorced households. *Communication Monographs*, 70(2), 142-173.
- Allison, P., & Furstenberg, F. (1989). How marital dissolution affects children: variations by age and sex. *Development Psychology*, 25(4) 540-549.
- Amato, P. (1993). Children's adjustment to divorce: theories, hypotheses, and empirical support. *Journal of Marriage and Family*, 55(1), 23-38.
- Amato, P. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62(4), 1269-1287.
- Amato, P. (2001). Children of divorce in the 1990's: An update of the Amato and Keith (1991) meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 15(3), 355-370.

- Amato, P.; Loomis, L., & Booth, A. (1995). Parental divorce, marital conflict, and offspring well-being during adulthood. *Social Forces*, 73(3), 895-915
- Bremner, G., & Fogel, A. (2001). *Blackwell Handbook of Infant Development*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Buchanan, C.; Maccoby, E., & Dornbusch, S. (1991). Caught between parents: adolescents' experience in divorced homes. *Child Development*, 62(5), 1008-1029.
- Butler, I.; Scanlan, L.; Robinson, M.; Douglas, G., & Murch, M. (2002). Children's involvement in their parents' divorce: Implications for practice. *Children & Society*, 16(2), 89-102.
- Carrilho, M., & Patricio, L. (2007). A situação Demográfica Recente em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 40, 39-76, Lisboa: INE.
- Caughlin, J., & Petronio, S. (2004). Privacy in families. In A. Vangelisti, (Ed.), *Handbook of Family Communication* (pp. 379-412). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Clapp, G. (2000). *Divorce & New Beginnings: A complete guide to recovery, solo parenting, co-parenting, and stepfamilies* (2nd Ed.). New York: John Wiley & Sons, inc.
- Clark-Stewart, K.; McCartney, K.; Vandell, D.; Owen, M., & Booth, C. (2000). Effects of parental separation and divorce on very young children. *Journal of Family Psychology*, 14(2) 304-326.
- Cushman, D., & Cahn, D. (1986). A study of communicative realignment between parents and children following the parents' decision to seek a divorce. *Communication Research Reports*, 3, 80-85.

- Denham, S.; Salisch, M.; Olthof, T.; Kochanoff, A., & Caverly, S. (2002). Emotional and Social Development in Childhood. In P. Smith & C. Hart (Eds.), *Blackwell handbook of childhood social development*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Ducibella, J. (1995). Consideration of the impact of how children are informed of their parents' divorce decision: A review of the literature. *Journal of Divorce & Remmariage*, 24(3/4), 121-141.
- Dunn, J.; Davies, L.; O'Conner, T., & Sturgess, W. (2001). Family Lives and Friendships: The perspectives of children in step-, single-parent, and nonstep families. *Journal of Family Psychology*, 15(2), 272-287.
- Gately, D., & Schwebel, A. (1992). Favourable outcomes in children after parental divorce. *Journal of Divorce and Remarriage*, 18, 57-18.
- Golish, T., & Caughlin, J. (2002). I'd rather not talk about it: Adolescents' and young adults' use of topic avoidance in stepfamilies. *Journal of Applied Communication Research*, 30(1), 78-106.
- Goswami, U. (2002). *Blackwell Handbook of Childhood Cognitive Development*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Herbert, M. (1999). *Separação e Divórcio: Ajudar os filhos a vencer*. Tradução de Sofia Vaz Serra. Lisboa: Monitor.
- Hetherington, E.; Stanley-Hagan, M., & Anderson, E. (1989). Marital transitions: A child's Perspective. *American Psychologist*, 44(2), 303-312.
- Hetherington, E., & Stanley-Hagan, M. (1999). The Adjustment of children with divorced parents: a risk and resiliency perspective. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40(1), 129-140.

INE (2007). *Estatísticas Demográficas 2005*. Lisboa: INE

Japel, C.; Tremblay, R.; Vitaro, F., & Boulerice, B. (1999). Early parental separation and the psychosocial development of daughters 6-9 years old. *American Journal of Orthopsychiatry*, *69*(1), 49-60.

Kelly, J.B., & Emery, R.E. (2003). Children's adjustment following divorce: risk and resilience Perspectives. *Family Relations*, *52*(4), 352-363.

Kitson, G., & Morgan, L. (1990). The multiple consequences of divorce: A decade review. *Journal of Marriage and Family*, *52*(4), 913-924.

Koerner, S.; Jacobs, S., & Raymond, M. (2000). When mothers turn to their adolescent daughters: Predicting daughters' vulnerability to negative adjustment outcomes. *Family Relations*, *49*, 301-309.

Koerner, S., Wallace, S., Lehman, S., & Raymond, M. (2002). Mother-to-daughter disclosure after divorce: Are there costs and benefits? *Journal of Child and Family Studies*, *11*(4), 469-483.

Kurdek, L. (1981). An Integrative Perspective on children's divorce adjustment. *American Psychologist*, *36*(8), 856-866.

Kurdek, L. (1989). Children's adjustment. In M. Textor (Ed.), *The Divorce and Divorce Therapy Handbook*. London: Jason Aronson Inc.

Kurdek, L., & Siesky, A. (1979). An Interview study of parents' perceptions of their children's reactions and adjustments to divorce. *Journal of Divorce*, *3*, 5-17.

Kurdek, L., & Siesky, A. (1980). Effects of divorce on children: The relationship between parent and child perspectives. *Journal of Divorce*, *4*, 85-99.

- Laumann-Billings, L., & Emery, R. (2000). Distress among young adults from divorced families. *Journal of Family Psychology, 14*(4), 671-687.
- Leon, K. (2003). Risk and Protective factors in young children's adjustment to parental divorce: A review of the research. *Family Relations, 52*(3), 258-270.
- Lewis, J.; Johnson-Reitz, L., & Wallerstein, J. (2004). Communication in divorced and single-parent families. In A. Vangelisti (Ed.), *Handbook of Family Communication*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Madden-Derdich, D., & Ariditi, J. (1999). The ties that bind: Attachment between former spouses. *Family Relations, 48*(3), 243-349.
- Mazur, E.; Wolchik, S., & Sandler, I.N. (1992). Negative cognitive errors and positive illusions for negative divorce events: Predictors of children's psychological adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology, 20*(6), 523-542.
- Morrison, D., & Cherlin, A. (1995). The divorce process and young children's well-being: a prospective analysis. *Journal of Marriage and Family, 57*(3), 800-812.
- Moxnes, K. (2003). Risk factors in divorce. Perceptions by the children involved. *Childhood, 10*(2), 131-146.
- Pagani, L.; Boulerice, B. ; Tremblay, R., & Vitaro, F. (1997). Behavioral development in children of divorce and remarriage. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines, 38*(7), 769-781.
- Pedro-Carroll, J. (2005). Fostering Resilience in the aftermath of divorce: The role of evidence. Based programs for children. *Family Court Review, 43*(1), 52-64.
- Petronio, S. (2002). *Boundaries of privacy: Dialectics of disclosure*. Albany: State University of New York Press.

- Ricci, I. (2004). *Casa da mãe, Casa do pai. Construir dois lares para os seus filhos – Um guia para pais separados, divorciados ou que voltaram a casar*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Rogers, K. (2004). A Theoretical review of risk and protective factors related to post-divorce adjustment in young children. *Journal of Divorce and Remarriage*, 40(3/4), 135-147.
- Rose, H., & Rodgers, K. (2002). Risk and Resiliency factors among adolescents who experience marital transitions. *Journal of marriage and family*, 64(4), 1024-1037.
- Shaw, D.; Winslow, E., & Flanagan, C. (1999). A prospective study of the effects of marital status and family relations on young children's adjustment among African American and European American families. *Child Development*, 70(3), 742-755.
- Sprinthall, N., & Collins, A. (2003). *Psicologia do Adolescente. Uma abordagem desenvolvimentista* (3ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wadsby, M., & Svedin, C. (1994). Parental divorce: From the children's viewpoint. *Nordic Journal of Psychiatry*, 48(2), 107-116.
- Weyburne, D. (1999). *What to tell the kids about your divorce*. Oakland, CA: New Harbinger Publications.
- Westberg, H.; Nelson, T., & Piercy, K. (2002). Disclosure of divorce plans to children: what the children have to say. *Contemporary Family Therapy*, 24(4), 525-542.
- Wolchik, S.A.; West, S.G.; Westover, S.; Sandler, I.N.; Martin, A.; Lustig, J., et al. (1993). The children of divorce parenting intervention: Outcome evaluation of an empirically based program. *American Journal of Community Psychology*, 21(3), 293-331.

ANEXOS

I – Características demográficas

Data da entrevista: _____ / _____ / _____

Idade: _____

Sexo: Feminino Masculino

Nível de escolaridade: _____

Filhos

- a) Número
- b) Idade no momento da separação
- c) Sexo

Duração da relação conjugal: _____

Duração da separação conjugal: _____

II – Processo de revelação

1. Os filhos foram informados sobre a decisão de separação?

Sim Não

2. Que razões o levaram a falar / não falar com o(s) seu(s) filho(s) sobre a decisão de separação?

3. Como foi tomada a decisão de falar / não falar com o(s) seu(s) filho(s) sobre a decisão de separação?

4. Passados _____ anos/meses continua a concordar com essa opção?

5. Os filho(s) abordaram o assunto por iniciativa própria?

Sim Não

6. Quem falou com o(s) filho(s) ?

O próprio O outro Ambos Outra pessoa

7. Quando?

Antes da separação Quanto tempo antes? _____

Depois da separação Quanto tempo depois? _____

8. Onde?

9. O que foi dito?

10. Neste processo de comunicar aos seus filhos a decisão de separação o que foi mais fácil e mais difícil para si?

III – Aspectos da separação conjugal

Conflito Interparental

1. Numa escala de 1 a 7, com que frequência, por semana, você e o outro progenitor discutiam? (1 significa *nunca* e 7 significa *todos os dias*)

1	2	3	4	5	6	7
Nunca						Todos os dias

2. Numa escala de 1 a 7, como classifica a intensidade das discussões entre si e o outro progenitor na altura da separação? (0 significa *nada intensas* e 6 significa *bastante intensas*)?

1	2	3	4	5	6	7
Nada Intensas		Intensas (várias agressões verbais)			Bastante intensas (agressões físicas e verbais)	

Responsabilidade pela ruptura conjugal

3. Numa escala de 1 a 7, como se posiciona face à responsabilidade pela ruptura conjugal? (1 significa *totalmente devida ao outro* e 7 significa *a totalmente devida a mim*)



Decisão da separação conjugal

4. Numa escala de 1 a 7 como se posiciona face à decisão da separação conjugal? (1 significa *totalmente decisão do outro* e 7 significa *totalmente decisão minha*)



